

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO**

**PEDRO TOMAS DO CANTO BENEDETTI**

**ELABORAÇÃO CONCEITUAL E DESENVOLVIMENTO DO VOLUNTARIADO**  
**COMO UMA PRÁTICA DA HUMANIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA**

**FGV - São Paulo**

**2017**

PEDRO TOMAS DO CANTO BENEDETTI

ELABORAÇÃO CONCEITUAL E DESENVOLVIMENTO DO VOLUNTARIADO COMO  
UMA PRÁTICA DA HUMANIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA

Trabalho de conclusão, como requisito parcial, para a obtenção do título de mestre em Gestão e Políticas Públicas, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP, Fundação Getúlio Vargas, sob a orientação do Professor Doutor Marco Antonio Carvalho Teixeira.

**FGV - São Paulo**

**2017**

## **Resumo**

A ideia de fazer bem aos outros sem necessariamente obter algo em troca além da satisfação de tê-lo feito, pertence a humanidade desde os primórdios da civilização. O presente artigo pretende situar historicamente o conceito do voluntariado enquanto prática das mais diversas sociedades existentes ao longo do tempo, buscando propiciar um referencial teórico que permita o conhecimento e uma avaliação a respeito do tema. Doar tempo, trabalho e talento em prol do interesse coletivo para melhorar a qualidade de vida de outro indivíduo ou da comunidade é ainda, e será por muito tempo, um meio concreto de fazer o bem e, com isso, sentir-se bem.

Palavras chave: voluntariado; voluntario; terceiro setor; cidadania; sociedade; igreja católica; cristianismo; caridade

## Abstract

The idea of doing good to others without necessarily getting something in return, beyond the satisfaction of having done so, has belonged to humanity since the dawn of civilization. The present article intends to historically situate the concept of volunteering as a practice of the most diverse societies that exist along the time, seeking to provide a theoretical reference that allows the knowledge and an evaluation regarding the theme. Giving time, work and talent to the collective interest to improve the quality of life of another individual or the community is still, and will be for a long time, a concrete means of doing good and with that, feel good.

Keywords: volunteering; voluntary; third sector; citizenship; society; Catholic church; Christianity; charity

## **Sumário:**

<i>Introdução.....</i>	<i>página 6</i>
<i>Voluntariado e Religião.....</i>	<i>página 8</i>
<i>O Papel da Revolução Industrial no Desenvolvimento das Práticas de Voluntariado.....</i>	<i>página 13</i>
<i>Guerra e Voluntariado.....</i>	<i>página 16</i>
<i>A Relação entre Estado e Voluntariado no Século XX.....</i>	<i>página 19</i>
<i>Considerações Finais.....</i>	<i>página 22</i>
<i>Referência Bibliográficas.....</i>	<i>página 24</i>

## **Introdução:**

A ideia cristã de que seremos compensados com o paraíso e com a vida eterna ao realizarmos boas ações àqueles mais necessitados é base para a compreensão da evolução histórica e conceitual do voluntariado. Para Natálio Kisnerman:

*“.....a esmola, a exortação e a persuasão como recursos elementares caracterizam este largo período de origem do voluntariado, no qual a fé, o sentimento e a intuição substituem o conhecimento científico frente às situações que geram tal estado de carência” (Kisnerman, 1983).*

Com o advento do cristianismo, boa parte dos conceitos e dogmas pregados por seus seguidores ampliou o significado de “caridade”, estimulou a sua prática e criou o que temos hoje como “voluntariado”, inserindo-o na vida das comunidades de forma definitiva. No entanto, como será visto, “ajudar ao semelhante” é algo que se relaciona com a condição humana, embora certamente não seja aplicável a todos os indivíduos.

Mike Hudson explica que:

*“A maioria das pessoas pensam em caridade e pressupõe que é um fenômeno moderno.....*

*...essa filosofia, no entanto, data de mais longe, desde os tempos mais remotos era o grupo familiar que cuidava dos membros pequenos, dos enfermos, dos deficientes, dos velhos, dos viúvos e dos órfãos.” (Hudson, 1999).*

Ainda segundo o mesmo autor, o surgimento dos primeiros conglomerados urbanos e o movimento das pessoas para local afastado de suas famílias exigiu novas formas de auxílio social.

No Brasil, embora registre-se as ações das práticas de caridade realizadas principalmente pela Igreja Católica desde a época do *Descobrimento*, o voluntariado, sob o aspecto conceitual, se desenvolve a partir do século XIX com foco na benemerência. Segundo o Instituto Brasil Voluntário, nessa época *“os problemas sociais eram entendidos como desvios da ordem dominante e atribuídos a indivíduos em desgraça, que por não terem oportunidade de*

*reintegrar-se à sociedade, necessitavam da caridade organizada. Assim, famílias mais abastadas, com boas intenções, distribuían seus excedentes entre os necessitados. Neste contexto social paternalista, rigoroso e excludente o `voluntariado de benemerência` era incipiente, moralizador, feminino e baseado em rígidos valores morais.” (IBV – site, em 13/05/2017)*

Não obstante conceitos e práticas associadas ao voluntariado seja parte da história da humanidade desde os primórdios, tendo se intensificado após o advento do cristianismo, foi no século XX, após a Grande Depressão de 1930, mas com maior intensidade depois a Segunda Guerra Mundial, que o poder público passa a intervir nas instituições filantrópicas e surgem as primeiras políticas públicas de assistência social, com o Estado, de certa forma, assumindo a responsabilidade pela condição de vida da população carente.

Como será visto no presente trabalho, a situação descrita acima estimulou ainda mais a prática de ações voluntárias no século XX, ações essas que se estruturam na forma de organizações e acabaram por criar aquele que hoje conhecemos como o “terceiro setor”.

## 1. Voluntariado e Religiões:

A grande maioria das crenças humanas, independentemente do período em que surgiram ou se desenvolveram, possuem algum tipo de relação compensatória entre a prática “de ser fazer o bem” e a qualidade ou a quantidade de benefícios que as crenças gerariam.

Em sua obra sobre organizações do terceiro setor, Hudson traz à tona que os antigos egípcios tinham um severo código moral de justiça social que encorajava o trabalho voluntário, como, por exemplo levar uma pessoa ao outro lado do rio sem cobrar pelo serviço. Explica, também, o Autor, que:

*“Na antiga sociedade grega, viajantes recebiam tanto comida quanto abrigo nas casas dos ricos ou então partilhavam a hospitalidade de camponeses. Os profetas judeus foram pioneiros na organização de campanhas, trabalhavam pela justiça social, política e econômica, e pressionavam seus governos a modificar as práticas administrativas. A ideia de dar esmolas também era muito difundida.” (Hudson, 1999)*

Outro autor, Paulo Veyne, lembra que dentre as atribuições do Imperador de Roma no auge do Império, estava envidar todos os esforços para que “*as classes sociais (nobiles, equites e plebeians) tivessem supridas suas necessidades e fossem felizes*”. Havia, ainda segundo Veyne, a ideia de “*beneficiar o corpo cívico no conjunto*”, ou seja, as práticas para “*aliviar a aflição dos cidadãos mais pobres, não era vista como acidental*” (Veyne, 1990).

Os exemplos trazidos acima, dentre outros que podem ser extraídos das sociedades mais antigas, são formas de proteção muito anteriores ao advento da Igreja Católica como instituição, logo, embora não guardem relação com os conceitos de caridade e voluntariado que surgiriam depois, podem ser entendidos como uma espécie de embrião do que viria.

Na Bíblia, mais precisamente no livro do Evangelho atribuído ao Apóstolo Mateus, constam os chamados “Dez Mandamentos”, as dez regras basilares que devem ser observadas por todo aquele que se considera adepto do catolicismo e suas varáveis. O segundo mandamento, que nos termos da doutrina cristã também é segundo em nível de importância (o primeiro é “amar

a Deus sobre todas as coisas”), de antemão, deixa claro qual a posição que a caridade e as ações voluntárias devem ter para seus seguidores: “*Amarás teu próximo como a ti mesmo*”. O mandamento cristão evidencia que amar a si mesmo é parte da condição humana e estender esse amor aos demais seres humanos é a regra que se impõe e que é expressada com o exercício da caridade.

Além disso, para a ideologia cristã, *a caridade, a fé e a esperança*, formam o conjunto das chamadas “virtudes teológicas” (aquelas que aproximam de Deus – “Paulo - 1Cor 13”), sendo que a caridade é aquela que mais ganha destaque nos textos bíblicos, tanto no Antigo como no Novo Testamento.

Durante três séculos após sua criação, a Igreja Católica e seus seguidores viveram na clandestinidade, tendo se firmado como uma instituição importante e poderosa somente após Constantino I (272-337), conhecido como o primeiro imperador romano cristão. Valdir Cemino, pesquisador na área de voluntariado e professor da FAAP/SP, afirma que foi nesse período que *“a caridade se consolida no modelo de doação como uma forma de penitência pelos pecados reforçando, no imaginário popular, o direito à purificação e a salvação eterna.”* (Cemino, 2012)

Para Mike Hudson, não apenas a Igreja Católica possui responsabilidade para com a consolidação das ações de caridade e voluntariado, mas, também outras organizações religiosas:

*“Os ensinamentos judeus promoviam a ideia de que os pobres tinham direitos e que os ricos tinham deveres. As primeiras igrejas cristãs criaram fundos para apoio às viúvas, órfãos, enfermos, pobres, deficientes e prisioneiros. Esperava-se que os fiéis levassem donativos, voluntariamente, que eram colocados na mesa do Senhor, para que os necessitados pudessem recebê-los das mãos de Deus. ... No mundo islâmico, a filantropia foi usada para montar grandes hospitais. Exemplos remotos de fundos de miséria também partiram do islamismo, quando pacientes indigentes recebiam cinco peças de ouro assim que recebessem alta.”* (Hudson, 1999).

Outros autores também destacam a importância da Igreja no processo de formação conceitual de voluntariado. Irene Rizzini e Francisco Pilotti, em obra de 1995, trazem o exemplo da América:

*“De acordo com as ideais e práticas dominantes na Europa, as primeiras instituições para o cuidado da infância foram instaladas na América por congregações católicas. Elas se localizaram no interior de hospitais, ou próximo a eles, sendo as esmolas ou doações voluntárias as principais fontes financeiras, mediante as quais os custos operativos eram cobertos.....Pela ação filantrópica, as elites da época empreenderam o que poderia ser chamado de campanhas morais contra a miséria, oferecendo uma assistência de caráter tanto facultativo como condicional: em troca dos favores concedidos espera-se a submissão dos beneficiário, como a mudança de condutas de acordo com as expectativas da classe dominante.” (Rizzini e Pilotti, 1995).*

Ações concretas e estruturadas de voluntariado na Europa, ocorridas por influência direta do Cristianismo, possuem registros a partir do Século XVI, mais precisamente pelas ações de Jean Luis Vives e do padre Vicente de Paulo.

O primeiro foi um educador de origem espanhola que voluntariamente percorreu cada casa da cidade de Bruxelas, na Bélgica, a fim de apurar as necessidades dos habitantes e as causas da miséria material, tendo esse trabalho resultado no livro “Da Assistência aos Pobres”, de 1526. Vives, na mencionada obra, concluiu que o pecado era a causa central de todo mal, incluindo a miséria. Natalio Kisnerman afirma que o censo de Vives foi levado a cabo em outros locais da Europa, como Londres e Norwich, “consolidando, após a coleta de dados, a ideias de que o governo das cidades assumisse a administração de assistência aos pobres, algo que Vives

*conseguiu em Bruxelas, com a criação da primeira repartição destinada a essa tarefa” (Kisnerman, 1983).* O autor ainda afirma que esta iniciativa, não obstante a estreita ligação de Vives com a Igreja, fez com que o clero se voltasse contra o governo, pois considerava esse seu campo exclusivo de atuação.

A obra de voluntariado do Pe. Vicente de Paulo (que se tornou Santo no século XVIII) foi concebida inicialmente para a atuação das mulheres pertencentes à aristocracia francesa do fim do século XVI, que se dedicavam a visitar internos de hospitais e os pobres em suas residências, entretanto, o modelo não perdurou já que para essas mulheres estava reservado, apenas e tão somente, os cuidados com o lar e com a família. Apesar do percalço, Pe. Vicente manteve o trabalho e passou a convidar filhas de camponeses para apoiá-lo nos trabalhos voluntários, o que gerou uma instituição denominada *Servas dos Pobres*, que posteriormente veio a se chamar *Filhas de Caridade* e, após sua morte, *Irmãs de Caridade* (ainda existente), tendo sido reconhecida como ordem religiosa. Natalio Kisnerman esclarece que a Igreja criticou a iniciativa no princípio, uma vez que se tratava da primeira congregação feminina com atuação fora do claustro:

*“A ação de Vicente de Paulo se concretizou também na criação de instituições para crianças abandonadas, albergues para famílias sem lar, escolas de artes e ofícios e em proporcionar assistência material e espiritual em hospitais e presídios, procurando em todos os casos educar as pessoas para que melhorassem sua condição de vida. Preocupado com as condições de trabalho das crianças e dos galés, cuja situação denunciou, conseguiu, na França, as primeiras leis em benefício de ambos.” (Kisnerman, 1983).*

O mesmo autor supracitado, faz uma comparação entre o voluntariado praticado nos primeiros registros pelos católicos e as ações oriundas no protestantismo:

*“A ação da Igreja Católica, era baseada na caridade e orientada para ações individuais, contrasta com a do Protestantismo, que era baseada na filantropia, quer dizer, na boa vontade para com os semelhantes, na fraternidade humana, e expressa em ações visando melhorar a situação dos indigentes, mediante medidas de alcance geral por meio de instituições beneficentes que atendessem maior número de pessoas” (Kisnerman, 1983).*

Kisnerman reforça a afirmativa de uma melhor organização dos protestantes frente aos católicos ao informar, ainda, que foram os pastores da primeira religião quem converteram o mero atendimento aos indigentes em “ciência de observação”, com ênfase na prevenção e reabilitação. Para tanto, cita o chamado “Sistema de Hamburgo”, estabelecido em 1765 pelos protestantes na cidade alemã, mediante o qual foi proibida a prática de mendicância e doação de esmolas, sendo criada uma rede de voluntários para dar atendimento aos pobres, efetuar treinamento profissional aos desocupados e propiciar subsídios aos desempregados até que conseguissem novo emprego.

Vislumbra-se nas pregações das religiões em geral, talvez com um pouco mais de ênfase nas de ideologia cristã, que a prática da caridade e do voluntariado tende a propiciar o benefício de uma experiência mais próxima com o “ser supremo”, daí os discursos presentes em todas elas de que os fiéis devem fazer o bem e ajudar ao próximo.

Todos os exemplos até aqui citados, independentemente da religião em que se originou, demonstram a inequívoca importância do voluntariado como fator de modificação nas sociedades. O registro desses trabalhos deixa patente como a interferência de indivíduos numa determinada realidade social promove, quase que obrigatoriamente, reajustamentos e adaptações nas sociedades atingidas.

## 2. O Papel da Revolução Industrial no Desenvolvimento das Práticas de Voluntariado:

No final do século XVIII o Mundo passou por uma profunda transformação capitaneada pela Inglaterra como sendo o primeiro país a ter uma experiência completa de revolução capitalista. Estabeleceu-se, portanto, de forma consolidada, o capitalismo como conceito e lógica econômica, conforme explica Luiz Carlos Bresser Pereira no texto *“Revolução Capitalista e Formação do Estado Nação”*:

*“A revolução capitalista foi o período de transição para o capitalismo – um período em torno de 30 a 50 anos no qual a transformação de uma sociedade agrária em uma sociedade industrial se acelerou, e a incorporação de progresso técnico na produção passou a ser uma condição de sobrevivência das empresas.” (Bresser, 2013)*

No mesmo texto supramencionado, Bresser menciona que a revolução capitalista se consolida a partir de três outras revoluções:

*“... uma revolução comercial, onde o lucro estava assegurado e condizente com as expectativas da burguesia, seja por meio de grandes ações comerciais monopolistas, seja por meio de privilégios assegurados pelo Estado contra o pagamento de impostos; uma revolução nacional, com aspectos que foram desde a formação uma consciência de pertencimento propalada na sociedade, até questões econômicas, políticas e sociais de alta complexidade; e a revolução industrial propriamente dita.” (Bresser, 2013)*

As profundas mudanças promovidas, primeiramente na sociedade inglesa e depois em tantas outras ao redor do Mundo, criaram problemas sociais que até então não eram vistos, como, por exemplo, a ampliação desordenada da densidade demográfica nos centros urbanos, a ausência de condições sanitárias mínimas, o aparecimento de doenças nunca antes vistas, o surgimento de novas classes sociais e de parcas condições de vida para uma população que migrou do campo para as cidades em busca de trabalho na indústria.

Por volta de 1850, com transformações econômicas, sociais e tecnológicas ainda ocorrendo em grande velocidade, a burguesia inglesa, em geral de formação religiosa cristã, passa a demonstrar certo incômodo com o aumento dos problemas sociais decorrentes da pobreza gerada por conta do ciclo de produção capitalista. Com esse cenário de degradação, visível nas ruas de qualquer cidade da Inglaterra, a classe social burguesa, de forma nada organizada, passa a efetuar doações de alimentos, roupas, remédios e outros itens de necessidade básica, àqueles que estivessem em situação de miséria e indigência.

Em 1869, um grupo de mulheres pertencentes a burguesia londrina, juntamente com alguns setores da Igreja Católica, passa a se preocupar com a ajuda indiscriminada aos pobres por meio da doação de itens de primeira necessidade, em virtude do favorecimento da ideia de permanência no estado de pobreza. Surge, então, aquela que é considerada a primeira instituição para o serviço de assistência social voluntária do período pós industrial: a London Charity Organization Society – COS.

Diferentemente de outras iniciativas naquela época, a COS entendeu que a doação pura e simples não resolveria os problemas sociais, era preciso que o trabalho voluntário fosse organizado e estruturado para ir às causas individuais que levavam as pessoas à situação de miséria. Segundo John E. Hansan, professor da Universidade Brandeis (EUA), Octavia Hill, uma das idealizadoras da instituição, costumava usar o slogan “esmolas não, mas um amigo sim”, daí os voluntários encarregados de atender as necessidades dos pobres serem chamados de “visitadores amigos”. O mesmo autor, destaca que o documento de constituição da COS trazia que:

*“Com esta organização, quando totalmente realizada, espera-se que nenhuma lacuna seja deixada para impostura; Nenhum buraco escuro e cantos de miséria, doenças e corrupção permanecem não visitados; Nenhum ferido social intacto por mãos sábias e gentis; Nenhuma barreira de ignorância ou apatia egoísta não é assediada entre os ricos e os pobres; Nenhuma diferença de credo evita a unidade de ação na causa comum da humanidade.” (Hansan, 2013)*

O trabalho de voluntariado liderado e organizado em Londres pela COS foi logo reconhecido internacionalmente e, já no ano seguinte ao da sua fundação, unidades foram criadas nos Estados Unidos. A COS seguiu com o seu trabalho focado no voluntariado qualificado e nas pesquisas sobre as causas do empobrecimento, tendo se tornado, no final do século XIX e início do Século XX, uma das mais influentes instituições não governamentais do mundo. Posteriormente, a COS mudou de nome e passou a se chamar Family Welfare Association – FWA, atuando com essa nomenclatura ainda nos dias de hoje, como uma importante organização do terceiro setor.

Sobre a COS, afirma Mike Hudson:

*“Este é um exemplo de como muitas das grandes inovações do bem-estar humano tornaram-se depois organizações do terceiro setor e parte de uma forma aceita de trabalho. A entidade foi fundada depois que Henry Solly apresentou uma monografia à London Society of Arts, visando a incentivar gastos responsáveis com os pobres, evitando a dependência na assistência social. Essa organização, hoje denominada Family Welfare Association, foi uma das primeiras a disciplinar o que hoje seria chamada de uma abordagem estratégica para suprir as necessidades das pessoas. Seu objetivo era: evitar a distribuição indiscriminada de auxílio; promover*

*cuidadosa investigação nos casos individuais; descobrir as causas do sofrimento do indivíduo; remover as causas do sofrimento; coordenar atividades de caridade para evitar excesso de ajuda para um determinado indivíduo.” (Hudson, 1999).*

A Revolução Industrial, com a mudança dos meios de produção feudal para os meios capitalistas, possui intensa relação com o aparecimento da necessidade de prestação de serviços sociais, sendo que boa parte deles decorre de ações voluntárias e, desta forma, é um importante marco para a história moderna do voluntariado.

### **3. Guerra e Voluntariado:**

As guerras sempre foram um ambiente propício para as ações de voluntariado. Não vamos tratar aqui do soldado voluntário, até porque, a ação voluntária em geral termina com o alistamento, já que uma vez feito o recrutamento, na maioria das vezes, o soldado passa a ser remunerado e sua ação deixa de ser, ao menos conceitualmente, voluntária.

Com os inúmeros conflitos que ocorreram e ainda ocorrem no mundo, são incontáveis as ações de voluntariado registradas nos campos de batalha. Desde as guerras para expansão do Império Romano há registro daqueles que iam ao front voluntariamente para alimentar os soldados e cuidar dos feridos.

Ao longo da história recente, diversas instituições foram criadas com o objetivo de atender feridos de guerra e minimizar o sofrimento das populações atingidas pelos conflitos, mas nenhuma delas é tão reconhecida quanto o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a primeira organização de voluntariado criada com o fim específico de atuar nos campos de batalha.

Em sua obra, Michael Ignatieff explica que a CICV nasce no ano de 1863, como uma comissão de investigação da “Sociedade de Genebra pelo Bem Estar Público”, organizada por pressão do empresário Jean Henri Dunant, que vivenciou uma batalha ocorrida na Itália, a Batalha de Solferino, na segunda guerra de independência italiana, e teria relatado o que viu:

*“Mas não há descrição mais pungente do que a feita por Henri Dunant de como fica o campo de batalha depois que ela termina: a terra enegrecida pelo sangue coagulado e cheia de armas, mochilas e capas abandonadas; por todas partes, membros cortados, fragmentos de ossos, caixas de munições; cavalos sem cavaleiros andando entre os cadáveres; rostos contraídos pelas convulsões da morte; homens feridos arrastando-se até charcos de sangue para saciar a sede; e ávidos camponeses lombardos apressando-se, de um cadáver a outro, para roubar as botas dos pés dos mortos.”*  
(Ignatieff, 1991)

Após vivenciar a batalha mencionada acima e ficar por três dias ajudando a cuidar dos soldados mesmo sem qualquer formação na área da saúde, Dunant saiu pela Europa apresentando o seu relato e pregando a necessidade de que um tratado internacional deveria ser celebrado pelas nações para preservar a atuação e a neutralidade de médicos, de outros profissionais de saúde e das instalações para o cuidado dos feridos, durante as guerras, de forma a minimizar o sofrimento dos soldados atingidos.

*“Em agosto de 1864, o governo suíço acolheu, em Genebra, uma reunião de representantes de 16 países, entre eles os Estados Unidos, para decidir melhoras nos serviços médicos no campo de batalha. Na reunião, um dos representantes sugeriu que os trabalhadores sanitários utilizassem um bracelete branco; outro propôs que fosse acrescentada uma cruz vermelha, como homenagem à bandeira suíça, que tinha uma cruz branca sobre fundo vermelho. Três semanas mais tarde, doze dos*

*representantes assinaram uma convenção que tornou-se conhecida como a Convenção de Genebra. Na convenção, a primeira do seu tipo, foi decidido "neutralizar" os hospitais, ambulâncias e pessoal sanitário, e era estabelecido o princípio de que os soldados inimigos mereciam o mesmo tratamento que os soldados do próprio lado." (Ignatieff, 1991)*

Em 1876, foi criada oficialmente o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e, em pouco tempo, diversos países do Mundo, além de se tornarem signatários da Convenção de Genebra, passaram a possuir unidades da instituição e a receber e cadastrar para o trabalho os voluntários dos mais variados campos sociais.

Em 1901, após passar por inúmeros problemas pessoais, inclusive a falência de suas empresas em virtude de sua dedicação quase exclusiva à Cruz Vermelha, Henri Dunant, o idealizador da Convenção de Genebra e voluntário pioneiro do CICV, foi a primeira pessoa agraciada com o Prêmio Nobel da Paz.

Durante os inúmeros conflitos que marcaram o século XX, como, por exemplo: as duas grandes guerras, a Guerra do Vietnã, a Guerra do Iraque, Guerra do Afeganistão e a Guerra dos Balcãs, houve ajustes e ratificação do texto da Convenção de Genebra pela maioria dos países em conflitos (evidentemente que alguns ignoraram sua existência) e o CICV desempenhou seu papel e se fortaleceu ainda mais passando a ter, além de adesão e recursos para o desempenho do importante trabalho de voluntariado em campo, relevância política, tendo sido, em 1990, estabelecida como a primeira instituição privada a possuir assento de observação nos diversos comitês e na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

A Cruz Vermelha mantém sua vocação originária, idealizada por Henri Dunant, para a atuação com voluntários em área de conflitos, mas, ao longo do século XX, passou a agir, também, em ações que demandam intervenções de alívio ao sofrimento humano em geral, como: *"socorro e desastres, promoção à saúde, juventude, primeiros socorros, programas comunitários e reestabelecimento de laços familiares"* (Cruz Vermelha SP - site).

Outra organização internacional de voluntários relevante, que nasce a partir da necessidade de atendimento às demandas surgidas nas comunidades em zona de conflitos e áreas atingidas por desastres naturais, é a “Médicos Sem Fronteira”. Criada na França, por médicos e jornalistas, com o nome original de “Médecins Sans Frontières”, no ano de 1971, essa organização está estruturada e coopta voluntários em diversos países do mundo para ações humanitárias, principalmente vinculadas à saúde.

Segundo o site da organização na internet, a Médicos Sem Fronteira atuou com suas equipes de voluntários em diversos conflitos e desastres naturais desde sua fundação, dentre os quais: a fuga de cambojanos do Kmer Vermelho, em 1975; a Guerra Civil no Sri Lanka, em 1986; o terremoto na Armênia, em 1988; a epidemia de cólera na Amazônia, em 1991; o genocídio em Ruanda, em 1994; a Guerra da Bósnia, em 1995; e o tsunami em 2004.

As guerras e a história de organizações como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a Médicos Sem Fronteiras, demonstram como os conflitos compuseram a evolução histórica do conceito e foram uma importante alavanca para ações de voluntariado ao redor do Mundo, principalmente ao longo do século XX.

#### **4. A Relação entre o Estado e o Voluntariado no Século XX:**

Embora os alemães já tratassem do assunto ainda no século XIX, o chamado “Estado do Bem Estar Social” consolida-se após a grande depressão econômica ocorrida nos anos de 1930 do século passado e acentuasse ainda mais após a 2ª Guerra Mundial. Nesse aspecto, conceitualmente, o Estado passa a ser o “*organizador da política e da economia, encarregando-se da promoção e defesa social. O Estado atua ao lado de sindicatos e empresas privadas, atendendo às características de cada país, com o intuito de garantir serviços públicos e proteção à população.*” (Gasparetto, 2014).

A partir de dado momento no século XX, o atendimento das necessidades sociais passa a ser regulado, quando não exercido, pelo próprio Estado. O atendimento das pessoas em situação de pobreza que, até então, era exercido por instituições filantrópicas e voluntários das mais variadas origens, passa a ser política pública.

Para Mike Hudson, esse movimento acabou, num primeiro momento, a colocar o serviço voluntário em segundo plano e não como algo que pudesse ser exercido de forma conjunta ou paralela:

*“Como resultado, muitos dos esquemas inovadores para atender as necessidades das pessoas, estabelecidos pelo terceiro setor no decorrer dos últimos 150 anos, foram sendo gradativamente adotados pelo governo.*

.....

*Todavia, até 1948, as organizações voluntárias e de caridade permaneceram como as principais provedoras de serviços diretos. Hospitais voluntários e serviços para crianças e deficientes dependiam das organizações voluntárias. Entretanto, o provisionamento voluntário, como nos hospitais, estava sendo cada vez mais criticado, pela rivalidade entre as próprias instituições e pela inabilidade em propiciar serviços universais para todos, gratuitamente. À medida que as provisões do Estado aumentavam, o papel do setor voluntário era visto como suplementar e não como um sistema paralelo, como tinha sido classificado anteriormente.” (Hudson, 1999)*

Evidencia-se, portanto, que nas décadas de 1940 e de 1950 do século XX, o voluntariado perde força em todo o mundo na medida em que o Estado do Bem Estar Social avança e passa a assumir tarefas nas quais outrora não intervinha.

Ocorre que, na segunda metade da década de 1960, por diversos motivos, dentre os quais: o elevado custo da máquina pública para enfrentar as demandas crescentes da sociedade; o fato das grandes organizações filantrópicas focarem em atendimentos não realizados pelo Estado; e o financiamento governamental para as instituições, há a caracterização do caminho inverso, ou seja, as ações de voluntariado voltaram a crescer. Para Hudson esse movimento tem algumas motivações específicas:

*“Essas novas oportunidades, juntamente com o desdobramento dos grandes fornecedores de serviços de saúde, educação e bem-estar social em organizações menores e mais independentes, contribuem para o crescimento do setor. Muitas instituições que até alguns anos faziam parte do setor público estão se tornando mais próximas das organizações voluntárias financiadas pelo Estado. Colégios, escolas mantidas por doações e trustes de hospitais estão começando a se ver mais como organizações semi-independentes do terceiro setor do que parte do setor público”.*(Hudson, 1999)

Vale destacar que a década de 1960, especialmente no Ocidente, foi marcada por transformações de comportamento social e pela politização das relações, fato que atingiu também as instituições e o movimento voluntário que foi fortemente influenciado pelas correntes contestatórias originadas nos movimentos sociais de origem popular da época.

Embora tenha sido registrada uma ou outra experiência isolada durante os anos de 1970 – a indústria de máquinas Singer, na França, chegou a publicar um balanço social em 1972 - foi na década de 1980 e 1990 que se popularizou a ideia de responsabilidade social por parte da iniciativa privada. A partir daí muitas das grandes empresas globais constituíram instituições a elas vinculadas e por elas sustentadas para atuar no segmento de assistência social, econômica e ambiental.

Interessante frisar que os Estados ocidentais, forçados pela pressão de ajuste dos seus orçamentos associado ao neoliberalismo que se estabelecia como concepção política, cultural e econômica, estimulam fortemente nesse período o movimento da iniciativa privada e das instituições do terceiro setor, estabelecendo uma parceria de corresponsabilidade com a sociedade civil para atendimento das demandas da sociedade, com foco nos problemas daqueles levados à margem pelo capitalismo.

Essa distribuição das responsabilidades cria para o voluntariado um ambiente muito propício, já que o voluntário passa a ser visto como uma peça essencial para intervenção e solução dos problemas sociais, ou seja, é ele efetivamente um agente de transformação social, com atuação concreta e realizador de ações imediatas para demandas latentes.

Hudson entende que a situação criada a partir da década de 1990, possibilita ao cidadão um conjunto de possibilidades para as atuações voluntárias, tornando-se “*membros de associações profissionais, receber atendimento em universidades, participar de eventos artísticos, filiar-se a algum sindicato, apoiar uma determinada campanha, fazer doações a uma instituição de caridade ou ingressar como sócio de um clube ou sociedade*”. E complementa que “*o fato de as pessoas estarem ou não excluídas de uma real cidadania depende em grande parte da força do setor voluntário local.*” (Hudson, 1999).

É inequívoca que as circunstâncias atuais da relação entre os Estados e a sociedade civil favorecem e estimulam as ações de voluntariado, impactando desde a vida de um único indivíduo até da sociedade como um todo.

## **5. Considerações Finais:**

É possível afirmar que o voluntariado, seja ele exercido individualmente ou por meio das organizações dedicadas às ações sociais, teve um papel fundamental nos acontecimentos que formaram as sociedades atuais.

As demandas que surgem a partir da lógica estabelecida no modelo econômico capitalista depois da Revolução Industrial ocorrida no século XVIII, trazem à tona diversas situações de vulnerabilidade social pouco vistas até então e que acabaram por estimular àqueles detentores de melhores condições de vida ao exercício da caridade e do voluntariado de apoio àqueles em piores condições.

Já há algumas décadas que a problemática social, com fatores decorrentes da ausência e/ou ineficácia do Estado no suprimento de itens básicos em áreas como saúde, saneamento e educação, constituiu um terreno fértil para a atuação da iniciativa privada, com a expansão de atuação das organizações do terceiro setor, diretamente ou por meio das parcerias estabelecidas com o próprio Estado.

É preciso ter claro, no entanto, que a lógica privada no sistema capitalista, esteja ela situada em quaisquer dos setores produtivos, é uma lógica econômica, ou seja, uma lógica de lucro. Assim sendo, é preciso certo cuidado para que o trabalho voluntário, cujas raízes históricas

remetem ao fazer o bem ao(s) outro(s) sem uma contra partida necessária, não venha a se tornar trabalho que abarque o receituário empresarial, onde se aplicam conceitos de metas a cumprir, mediação de resultados e retorno de investimentos.

O desenvolvimento conceitual de voluntariado ao longo da história descrito no presente artigo, evidencia a importância que as ações voluntárias possuem para o humanitarismo e para a preservação de valores sociais fundamentais para a convivência humana. Há, sem qualquer sombra de dúvida, um considerável distanciamento entre o que se estabelece no segmento privado de mercado e aquilo que efetivamente se espera das instituições que prestam serviços por meio de ações de voluntariado.

Não se trata de ignorar ou repelir por completo eventuais conceitos privados que possam contribuir para compor a melhor prestação dos serviços por parte das organizações do terceiro setor, no entanto, a lógica excessivamente administrativa que é vista hoje em muitas iniciativas, coloca em risco aspectos substantivos que movem o engajamento social do voluntário.

Buscar inspiração na história do voluntariado, em iniciativas apresentadas pelas diversas religiões, independente de qual seja; na abnegação de Henri Dunant, que abriu mão do conforto de uma vida empresarial bem sucedida para ser um dos mais importantes voluntários da história; na COS, que, diante da miséria das cidades inglesas pós Revolução Industrial, agregou ciência às ações de caridade e benemerência; e enfim, em tantas outras ações e exemplos de voluntariado que devem servir para que a essência de fazer o bem e, com isso, sentir-se bem, nunca se perca.

## **Referências Bibliográficas:**

1. **KISNERMAN**, Natálio – “Introdução ao Trabalho Social - Teoria e Prática do Trabalho Social” – Editora Moraes, 1983;
2. **HUDSON**, Mike - “Administrando Organizações do terceiro Setor” Makron Books, 1999;
3. **VEYNE**, Paulo (organizador) - “Do Império Romano ao ano mil – História da vida privada” - Companhia das Letras, 1990;
4. **RIZZINI**, Irene; **PILOTTI**, Francisco – “A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil” - Editora Cortez, 1995;
5. **INSTITUTO BRASIL VOLUNTÁRIO** – pesquisa no site em 13/05/2017 [http://www.facaparte.org.br/?page\\_id=583](http://www.facaparte.org.br/?page_id=583);
6. **CEMINO**, Valdir – artigo “Voluntariado, uma cultura em transformação” Revista Plurale – março/2012;
7. **BRESSER PEREIRA**, Luiz Carlos – “Revolução capitalista e Estado desenvolvimentista” – novembro de 2013;
8. **HANSAN**, JE – “Sociedades de Organização de Caridade (1877 - 1893). *Projeto de História do Bem-Estar social.*” Pesquisa no site em 15/06/2017 <http://socialwelfare.library.vcu.edu/eras/civil-war-reconstruction/charity-organization-societies-1877-1893/> - 2013;

9. **IGNATIEFF**, Michael – “Guerreiros Desarmados” – Pesquisa no site em 16/06/2017  
[www.cicv.com.br](http://www.cicv.com.br). – 1997;
10. **CRUZ VERMELHA** - Pesquisa no site em 17/06/2017– [www.cruzvermelha.org.br](http://www.cruzvermelha.org.br);
11. **MÉDICOS SEM FRONTEIRAS** – Pesquisa no site em 17/06/2017–  
[www.msf.org.br](http://www.msf.org.br); e
12. **GASPARETO JÚNIOR**, Antonio. - “Estado do Bem Estar Social” – Pesquisa no site  
em 17/06/2017 - [www.infoescola.com](http://www.infoescola.com)